TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 30ª

(TRIGÉSIMA)

SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O TEMA: DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, TRANSPARÊNCIA E VOTO SECRETO PARLAMENTAR

EM 18 DE ABRIL DE 2013

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – O Expediente lido vai à publicação.

Obrigado, Deputada Celina Leão. Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.199, de 2013, de autoria do Deputado Chico Leite, a sessão ordinária de hoje, dia 18 de abril de 2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral, para debate do tema: democracia representativa, transparência e voto secreto parlamentar.

Convido para presidir os trabalhos desta comissão geral o autor da proposição, o nobre Deputado Chico Leite.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Bom dia a todas e a todos. Agradeço ao Deputado Cláudio Abrantes e à Deputada Celina Leão e os convido, inclusive, à participação.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos, para que a Mesa possa se fazer programar e para aguardarmos a presença do Presidente da Casa, o Deputado Wasny de Roure, que faz questão de estar presente.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h28min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Boa tarde a todos e a todas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – A nossa comissão geral hoje fundamentalmente lança uma campanha nacional pelo fim do voto secreto no Poder Legislativo brasileiro. É importante termos em mente que quem tem direito de votar secretamente é o eleitor. O eleito, ao contrário, deve votar ostensivamente, deve se manifestar sempre de público e às claras, de maneira que seja fiscalizado e preste, com isso, contas à população. Esse é um princípio geral de direito. Tem 2 mil anos. Aquele que administra o que é de outrem tem o dever de prestar contas.

Aqui, depois de muita luta, nós aprovamos em 2006. Hoje, entre nós, todas as votações são abertas. Além de nós, mais cinco estados da Federação também o fizeram. Parabéns a eles. Há outros estados que não o fizeram e principalmente o Congresso Nacional não o fez. Tramita no Congresso Nacional aquela que é a PEC – Proposta de Emenda Constitucional — mais completa, a primeira delas e mais completa sobre o fim do voto secreto parlamentar, que é do Senador Paim, que está entre nós como símbolo do lançamento da nossa campanha.

Por isso eu gostaria de agradecer indistintamente a todos que aqui estão neste ato, e a minha compreensão é a de que, muito além do evento do lançamento da campanha, nós estamos diante de um ato político, um ato de cidadania política, uma campanha cívica cuja importância para a política nacional será estudada no futuro, tenham certeza disso. Primeiro assim, depois o fim do foro privilegiado, depois os grandes debates da pauta nacional.

Pois bem, eu queria pedir licença a todas e a todos para, em primeiro lugar, observar que esta comissão é de coautoria do Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure, que está entre nós, e da companheira Deputada Arlete Sampaio, que também está aqui entre nós nos dando essa honra. E, pela importância absoluta do ato, quero convidar o Presidente Deputado Wasny de Roure para presidir esta comissão. Presidente, o lugar é seu. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Gostaria de cumprimentar todos pela presença na Câmara Legislativa, nesta comissão geral. Cumprimento o proponente, meu colega, Deputado Chico Leite. Tenho a grata satisfação de convidar

para compor a Mesa: a Líder do Governo nesta Casa, Deputada Arlete Sampaio; meu dileto amigo, Exmo. Sr. Senador da República Paulo Paim; a Sra. Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB, Gabriela Rollemberg; a jornalista do *Correio Braziliense*, bastante conhecida de todos nós, Denise Rothenburg; e o Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores e Presidente do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal, meu colega Roberto Policarpo.

Registro a presença do Deputado Benedito Domingos, também meu colega, companheiro de uma longa história de vida pública em Brasília; da Deputada Celina Leão, Deputada recém-chegada a esta Casa, mas bastante aguerrida. Neste ano, a Deputada Celina Leão é a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Vou anunciar a presença das lideranças da sociedade civil aqui presentes no transcorrer da nossa comissão geral.

Concedo a palavra, inicialmente, para o Senador, porque sabemos que nossos homens e mulheres públicos sempre têm uma agenda sobrecarregada, bastante sobreposta. Então, Senador, é uma enorme satisfação recebê-lo nesta Casa, o senhor que tem uma longa trajetória de vida pública não apenas dentro do Congresso Nacional, quando foi autor de várias proposituras que hoje marcam e delineiam a construção da cidadania no nosso país. Quando Deputado Federal, quantas vezes não tive oportunidade de votar proposituras de sua autoria que vinham do Senado: o Estatuto do Negro, o Estatuto do Idoso. V.Exa. tem uma larga contribuição legislativa em nosso país, como também militância de defesa das minorias no país, em particular no seu estado, o Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM – Boa tarde a todos e a todas. Eu começo cumprimentando a Mesa. Meus cumprimentos ao Deputado Wasny de Roure, que é o Presidente desta Casa; ao Deputado Chico Leite, aqui ao meu lado, que está lançando em parceria com os senhores, numa boa hora, essa campanha nacional pelo fim do voto secreto; à Deputada Arlete Sampaio – acompanho naturalmente a sua campanha também; ao Sr. Deputado Federal Roberto Policarpo; à Dra. Gabriela Rollemberg – já está conosco, tenho a alegria de trabalhar lá com o tal de Rodrigo Rollemberg, meu parceiro de todas as horas; à nossa querida jornalista Denise Rothenburg. Acho que nos encontramos no Congresso há algumas décadas já. Vamos deixar por aí, porque eu cheguei na Constituinte em 1986, e você acho que por ali estava chegando também.

Cumprimento o Deputado Cláudio Abrantes, que me convidou na terça-feira para estar numa atividade com ele; o Deputado Benedito Domingos, que foi Deputado Federal durante longo período lá comigo também; e a Deputada Celina Leão. Se eu não citei algum Deputado presente, a falha não é minha, é da assessoria, que não me passou o nome. Não culpem a mim.

Embora eu tenha aqui um pronunciamento por escrito, eu vou deixá-lo aqui na mesa com vocês, pois é mais ou menos o que eu vou falar.

Esse tema do voto secreto eu venho acompanhando há muitos e muitos anos. Quando eu cheguei a Brasília, na Assembleia Nacional Constituinte, o primeiro discurso que eu fiz – está escrito aqui e está nos anais da Casa – foi pedindo o fim do voto secreto. Claro que não fui feliz, quer dizer, não fui feliz no resultado, não me deram essa felicidade.

Depois, como Deputado Federal e não mais constituinte, também apresentei a proposta, mas mais uma vez a felicidade não chegou ao meu alcance. Como Senador da República, apresentei a PEC – Proposta de Emenda à Constituição nº 50, e também não fui feliz. Estou no segundo mandato como Senador, e o que o Senado aprovou é uma PEC parcial – só o Senado, pois está na Câmara ainda, porque no Senado continua, infelizmente, sendo tudo secreto. Não há votação aberta. Nos casos em que a Constituição manda, claro.

Nós fizemos uma proposta de alteração na Constituição, mas a minha PEC nº 50, que terminava com o voto secreto em todas as hipóteses, não foi aprovada. Os argumentos que levantam não me convencem e, naturalmente, não convencem a vocês, por isso meus cumprimentos a esta Casa porque aqui – não é, Deputado Chico Leite e Deputado Wasny de Roure? – já acabaram com o voto secreto em todas as hipóteses.

Os argumentos são dos seguintes tipos: Paim, como é que você vai acabar com o voto secreto? Escolhe aí uma autoridade, o cara vira lá ministro do Supremo do Tribunal Federal, caiu um processo meu lá e ele vai dizer: "Aí, viu? Você votou contra mim e agora vou te dar o troco". É o tipo do argumento que não tem o mínimo de fundamento. Se você tem a consciência tranquila de que fez um mandato transparente, limpo e de que não deve a ninguém, você não tem que ter medo de nada, mas se o seu processo caiu lá e você tem dívida a pagar no campo da ética, da moral e da própria corrupção, bom, vai sofrer as consequências. Então, isso para mim não explica nada, nada. Escolha de ministro, de autoridade tem que ser voto aberto. Eu tenho que dizer por que votei contra essa ou aquela autoridade ou a favor delas, mesmo quando for ministro do Supremo.

A outra argumentação é quanto ao veto. Eu ouço: Paim, como é que tu queres que votemos o veto de forma aberta? A gente aprova o projeto aqui, quem estiver na Presidência veta, o projeto vem para cá e se eu derrubar o veto, eu vou ser retaliado pelo Executivo.

Isso é o que eu ouço. Eu acho isso um absurdo também! Acho um absurdo do absurdo. Tu teres medo de se posicionar sobre um projeto que você votou. Só para dar um exemplo: nós temos em torno de cinco mil vetos apreciados desde que cheguei àquela Casa. Significa, de forma bem transparente, que cinco mil projetos

foram aprovados – a ampla maioria com 90% dos votos, eu diria até que essa ampla maioria foi aprovada quase por unanimidade.

Ao longo desse período, eles foram vetados e voltaram para o Congresso. E, no voto secreto, quantos vetos nós derrubamos? Quem é que se arrisca a dizer quantos vetos derrubamos desses cinco mil? Um? Dois? Três? Quatro? Cinco? Dez? Nem um.

O voto secreto, para mim, é o voto covarde. O que é o voto covarde? Tu não assumes as tuas posições. Quando o projeto tem que ser ali no painel, com o voto aberto, você vota de uma forma; e quando vem o veto, daí na escuridão da urna ou hoje, por intermédio do computador, você muda o voto. Só que ninguém vai saber como você votou. Ninguém vai saber se você votou coerente com o projeto que tinha votado ou se votou de outra forma.

Então, não tem o mínimo sentido, mesmo no afastamento de um Parlamentar. Bom, eu tenho que assumir as minhas posições. Eu sou tão contra o voto secreto, que agora, na eleição da Mesa do Senado, eu não escondi meu voto. Eu abri meu voto para mostrar como votei. E fiz o debate com o meu estado, em nível nacional, da forma como eu votei, dos argumentos que eu tinha. Eu podia ter escondido o meu voto. Eu não escondi.

Eu chego a dizer o seguinte: o homem público que é coerente tem que assumir a responsabilidade de prestar conta da procuração que a população nos passou para representá-lo no Legislativo. Nós temos uma obrigação, no Legislativo, de defender aquilo que pregamos ao longo das campanhas, Deputado Chico Leite. Agora, como é que ele vai saber lá no meu Rio Grande, ou mesmo aqui em Brasília, como eu votei nesse ou naquele projeto se o meu voto é secreto? Nunca vai saber!

Eu chego a dizer que o voto secreto é um incentivo à corrupção. O camarada vende a alma para Deus e para o diabo. Ninguém vai saber mesmo. Ele pega a grana dos dois lados, ou pega voto dos dois lados. Não tem uma mínima explicação. E repito – disse na tribuna do Senado, digo aqui também e disse na Câmara, porque eu tive quatro mandatos como Deputado Federal e estou no segundo mandato no Senado –: como vou explicar lá fora para a população que um projeto que foi aprovado por unanimidade em um voto aberto, e quando veio o veto, esse veto foi mantido? Isso significa que o projeto foi rejeitado porque o voto é secreto.

É inexplicável! Isso depõe contra nós políticos. É por isso que a população critica tanto os políticos. Se querem efetivamente, Deputado Chico Leite e meus amigos que estão aqui na mesa e no plenário, passar outra imagem à população da política, do nosso trabalho de vereador a senador, eu diria: pelo amor de Deus, vamos aprovar o fim do voto secreto em todas as situações.

Eu vou dar outro exemplo para vocês. O próprio Executivo não tem mais voto secreto. Alguém vai dizer: mas como voto secreto no Executivo? Porque a Presidenta, quando pega um projeto, por impopular que ele seja, ela tem que vetar,

na responsabilidade dela, e tem que justificar por escrito. Depois manda para o Congresso Nacional. Não deixa de ser um voto. Ela tem que mandar para o Congresso Nacional e recebe a crítica da população, até de mim, muitas vezes, seja a Presidenta ou o Presidente.

As votações no Judiciário agora são via internet, via televisão, ao vivo. Os ministros votam, nós vemos o bate-boca e o voto de cada um. E está correto. É isso mesmo. Por que só o Congresso e algumas câmaras de vereadores? Que bom que muitas câmaras de vereadores já aboliram o voto secreto. Que bom que eu possa dizer que não é só Brasília, que o meu Rio Grande também não tem mais voto secreto nem na assembleia nem na câmara de vereadores da capital de todos os gaúchos e gaúchas, que é Porto Alegre. Lá também não tem voto secreto. Que bom poder dizer que na capital do meu Brasil, que aqui não tem voto secreto há muito tempo. Palmas, sim, para a nossa Capital Federal, que está dando o exemplo para o país! Que bom poder dizer isso aqui com vocês. E que bom estar aqui neste dia! Eu poderia não estar aqui pela correria das agendas, mas quando o Chico Leite foi lá e me disse: Paim, é o fim do voto secreto. Nós vamos lançar uma campanha a nível nacional. Vai lá, vai lá. Eu estava presidindo uma sessão e aqui estou com muita alegria.

Eu fiz uma pesquisa, quando lancei lá atrás, se não me engano são 37 ou 38 países no mundo cujo congresso já acabou com o voto secreto. Eu me lembro de um dos argumentos que usei na minha primeira vez que lancei a emenda. Eu falei do exemplo da questão do Bill Clinton, quando ele teve o pedido de *impeachment*, e o voto foi aberto. Naquele caso de assédio sexual, o voto foi aberto, e ele foi absolvido. Por que não dizer aqui? Eu estava lá quando houve o *impeachment* do ex-presidente Collor. O voto era secreto. Eu estava no plenário, e o Ibsen Pinheiro presidindo disse: "Cada um aqui pode declarar o seu voto." Ele abriu o voto. E aí, como é a vida, né? Como é importante o voto.

Eu me lembro daquela noite, o Congresso sitiado, no bom sentido. O movimento social todo à volta, câmera, TV, o Brasil acompanhando. Eu acho que não se ouvia o barulho de uma mosca no ar. E eu vi, à noite, uma janta do ex-presidente Collor. Ele estava jantando com uma bancada de apoiadores. Depois, na hora do voto, quando foi falado do voto aberto, eu vi gente que estava jantando com ele que chegou lá e disse: "Em nome do meu filho, da minha mãe, da minha esposa, eu voto pelo *impeachment*". O que é isso? A força do voto aberto. Não estou fazendo crítica ao ex-presidente. Ele sofreu *impeachment*, voltou a trabalhar, está sendo Senador da República. Isso é democracia. Tudo no seu tempo. Não estou fazendo crítica nenhuma aqui, quero deixar bem claro, ao ex-presidente Collor. Estou colocando um fato, que é o da força do voto aberto.

Eu vi mais de uma dúzia jantando com ele, a televisão filmando, e os caras: "Não, agora nós vamos para lá fazer o embate e tal", quando o Ibsen disse: "Cada um que quiser que abra o seu voto." Foi aquela fila. Inclusive eu. Eu estava lá e fiz

questão de dizer o meu voto. O ex-Presidente Collor sabe qual foi o meu voto. Foi pelo afastamento.

Então, o voto secreto, a gente fala tanto de moralizar este país, de combater a corrupção. Se não acabar com o voto secreto, não tem transparência, não tem moralização e vai continuar a corrupção. (Palmas.) Tem que começar por aqui. E que bom que eu estou aqui neste dia, que para mim é um dia histórico, porque os argumentos que eu ouço... Eu usei esse termo outro dia, pois me incomodaram lá, os argumentos são sem-vergonha. Os argumentos são sem-vergonha mesmo. É de não ter vergonha de usar aquele argumento. Por isso que eu disse sem-vergonha. O dia que fizerem um requerimento contra mim, eu digo: quem vai assinar esse papel sem-vergonha aí?

Eu não queria que a desaposentadoria fosse para o Plenário. Como eu aprovei o instituto da desaposentadoria nas comissões, queria que fosse direto para a Câmara — lá para vocês, Policarpo. Daí eles estão lá colhendo assinaturas. Eu digo que no meu currículo não vai essa assinatura nunca.

Eu vou dar um exemplo para vocês, bem da área em que eu trabalho. Eu trabalho no campo social — ex-trabalhadores, aposentados, combate a todo tipo de preconceito —, mas vou pegar um específico. O fim do fator previdenciário, por exemplo, que vocês muito acompanham, e o próprio reajuste dos aposentados eu aprovei no Senado, está na Câmara, mas depois houve uma emenda a um projeto que também garantia o fim do fator. Só que foi vetada. Manda botar lá no voto aberto, para ver se o fator não cai? Eu considero a lei do fator previdenciário a lei mais maldita. A lei mais bandida do período pós-ditadura é a tal lei do fator previdenciário, porque ele confisca o salário da mulher em 51% na hora em que ela se aposenta e o do homem em torno de 40%. E todo mundo sabe a minha posição. O que eu digo aqui eu digo lá também. Não pensem que eu estou escondendo algo. O que eu falo é isso, meu linguajar é esse.

Manda apreciar o veto no voto secreto, vai ser mantido o fator. Agora manda apreciar o veto do fator no voto aberto — é unanimidade. E pode isso? Como é que a população pode confiar em nós políticos se, quando o voto é secreto, você age de uma forma e, quando o voto é aberto, você age de outra forma?

Enfim, pessoal, os argumentos eu sei que vocês todos conhecem. Eu só posso dizer que é com muita alegria que eu estou aqui. Esta campanha que vocês lançam aqui hoje tem que ser referência para o Brasil. Rede social, Facebook, enfim, todos esses instrumentos tão importantes têm que ser usados para que o Congresso saiba que a sociedade brasileira quer o fim do voto secreto já. É já o fim do voto secreto.

Eu vou até pedir para vocês que, dentro do possível, promovam uma audiência também, já que Porto Alegre e o Rio Grande também acabaram com o voto secreto, quem sabe nos cinco primeiros estados — Rio Grande do Sul, São

Paulo, Espírito Santo, se não me engano, Rondônia e Distrito Federal, naturalmente. Eu me disponho a fazer essa viagem. Eu estou viajando muito pelo Brasil, mas me disponho a fazer também essas viagens. E a partir dali, desses cinco estados, nós passarmos para todos os outros estados essa conduta de fazer com que de fato o país seja transparente.

Eu vou terminar com uma frase — não fiquem chateados — que eu uso em todo lugar em que eu falo do voto secreto: homem público que tem vergonha na cara não pode ser a favor do voto secreto.

É isso. Encerrei aqui. Parabéns a vocês aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado duplamente pela apresentação em defesa pelo fim do voto secreto, como também pelo seu tempo aqui nesta Casa, que para nós é um privilégio enorme. Parabéns pelo seu mandato de dedicação à coisa pública, principalmente no fortalecimento da cidadania de várias minorias em nosso país.

Gostaria de convidar neste instante o nosso proponente, o Exmo. Deputado Chico Leite, Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça aqui na Casa. Relembro aos colegas que o Deputado Chico Leite está no terceiro mandato de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, é um colega consagrado aqui na Casa na orientação das matérias quanto à sua constitucionalidade.

Aproveito para cumprimentar o colega pela sua capacidade de resgatar temas a que muitas vezes nós, na correria do dia a dia, não nos atentamos, e o Chico tem sido um desses Deputados que resgatam esses valores do Parlamento, esses valores da transparência, que é muito cara à sociedade civil. Aproveito para registrar ao colega Deputado Chico Leite os nossos cumprimentos por essa magnitude que deu ao seu mandato.

Vamos, nesta oportunidade, ouvir o nosso expositor e proponente da matéria, Deputado Chico Leite.

SENADOR PAULO PAIM – Pessoal, eu presido algumas comissões e sou artista em quebrar o tal do protocolo ou rito. Então, como eu esqueci, a PEC que eu tive de reapresentar é a nº 20, vou deixar cópias dela aqui. A PEC nº 20 está tramitando de novo porque a PEC nº 50, eles conseguiram engavetar. Como sou teimoso, eu a reapresentei com outra redação no ano subsequente à PEC nº 20. Eu vou deixar uma cópia com o Presidente e outra com o Deputado Chico Leite. Naturalmente vocês podem distribuir da forma que entenderem mais adequada. Ela acaba com o voto secreto em todas as instâncias. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure. Quero agradecer a V.Exa. e à Deputada Arlete Sampaio, meus companheiros e coautores do requerimento desta comissão geral.

Agradeço a presença do nosso Senador Paulo Paim, símbolo de muitas lutas pelos direitos civis, muito especialmente, dessa; da Dra. Gabriela Rollemberg; do meu companheiro e parceiro na tese, o Presidente do PT, Deputado Roberto Policarpo; e da jornalista Denise Rothenburg, que muito nos honra com as suas análises e visões sempre cristalinas, aqui e ali corrosivas, duras como devem ser as de uma jornalista independente.

Na realidade eu quero agradecer, em primeiro lugar, as companheiras e os companheiros que deixaram as suas labutas diárias e se uniram aqui a nós no inicio dessa grande campanha que vai, neste final de semana, iniciar-se, Sr. Presidente Deputado Wasny de Roure e Senador Paim, com uma coleta de assinaturas. Em seguida, vamos nos unir ao processo de coleta de assinaturas virtuais. Já existem mais de 250 mil assinaturas coletadas.

É uma campanha que incluirá adesivos e a sensibilização de autoridades, especialmente dos líderes de movimentos que estiveram ligados ao Ficha Limpa — a qual considero, embora haja criticas aqui e ali, a grande revolução da legislação e da seara política brasileira. É a melhor coisa que já se fez. É o mínimo! Como o Dr. Marlon e a CNBB, que sempre estiveram nas grandes lutas civis. Bom, em realidade, a realização desse evento é consequência direta de a gente ter sido um dos pioneiros. Mais importante ainda que esse voto aberto aqui é que consigamos utilizar isso como uma semente para que ele possa se proliferar, já que é obra de um princípio.

Nós sabemos, pela pesquisa, que cinco assembleias e agora esta já abriram os seus votos. Mas sabemos que as demais e o Congresso Nacional, muito especialmente, ainda não o fizeram. Eu podia usar como argumento, Senador Paim, Deputado Policarpo, o princípio geral do Direito segundo o qual todo aquele que gerencia o que é de outrem tem de prestar contas. Podia usar o principio político da prestação de contas, o de que quem vota secretamente é o eleitor. O eleito tem de dizer como atua para ser julgado. Aquele que tem medo de ser julgado tem outros medos inconfessáveis.

Mas eu quero usar aquele que tem sido o argumento desta nossa caminhada, o de que a par do combate à corrupção financeira, ao desvio de recursos públicos, à sonegação, aos crimes contra a administração pública, nós temos outra modalidade de corrupção que, pela nossa origem judaico-cristã, com a culpa de nascimento e o perdão sempre esperado, parece normal, e não é. Aquele que dá a palavra e não a cumpre é corrupto moral (Palmas). Aquele que diz algo em público e se pronuncia de maneira diferente em particular é um bandido emocional.

Todas as pessoas que têm posições diferentes, e no Direito, a gente sabe. O Miragaya, da Codeplan, o Veridiano, nosso Secretário e o Estrela, que também estava presente até há pouco, não o vejo mais, sabem que no Direito a todo fundamento corresponde uma conclusão. E só se pode mudar a conclusão se outro

for o fundamento. Não pode haver a mesma conclusão para fundamentos diversos. Isso é regra básica de lógica, mas é mais do que isso: é regra básica de convivência sincera. Aquele que mente para você hoje mentirá para outrem amanhã (Palmas.). Aquele que fala de você a alguém, amanhã falará dessa pessoa a você. Não há diferença de comportamentos, a ponto de se dizer que há um mau caráter de um jeito, mas que é um bom caráter de outro. As pessoas são como elas são.

Nós temos vivenciado de tal maneira uma deterioração de valores, Denise, que hoje honestidade, em vez de ser obrigação, é virtude. Eu nunca vi isso na minha vida. Honestidade é obrigação, gente! Quem é desonesto tem que estar na cadeia! Se não na cadeia, que é a pena dos homens — o Código Penal e as leis extravagantes que estes preveem —, pelo menos que esteja numa certa cadeia moral, no preconceito de que falava Klaus Tiedemann, aquele que nós temos até contra o ladrão de galinha.

Eu me lembro de que, quando Promotor na Ceilândia, tive que intervir em alguns casos de pessoas que passavam naquele teste para serem segurança, mas que registravam, em seus assentos, um furto por má companhia aos 18 anos. A Lei de Execuções Penais, no seu artigo 155, neste caso, prevê a saída automática – não é preciso processo de reabilitação. Pois bem, naquela ocasião — lembro-me de que, como Promotor na Ceilândia, fiz muito isso, eu fazia questão de ir lá —, ele não podia ter o porte de arma, não podia ter a carteira de vigilante porque tinha aquela passagem, e ninguém o empregava, mas não são poucos os convites para bandido rico ser paraninfo de formatura porque paga a festa. Pior, não são poucas as colunas sociais que registram esses mesmos bandidos, pasmem, como exemplos para os nossos filhos e filhas. Aí não há escola, aí não há polícia que dê jeito.

Essa campanha é muito importante. Mas ela está no bojo do combate a outra modalidade de corrupção: a corrupção moral. Aquela que tem todo aquele que não é só covarde, Senador Paim, é imoral. Aquele que aparece de uma forma de público e age de outro; que tem um discurso para cada público, mas que se esconde; que sabe como agradar a todos, não tem adversários, não tem inimigos porque, na realidade, só luta pelo interesse próprio (Palmas.). Desses nós temos que nos livrar urgentemente. Não podemos considerar que é isso normal.

O Prof. Klaus Tiedemann sempre disse que o que mais faz girar a impunidade e a proliferação, com reincidências nos crimes contra bens jurídicos transindividuais, é a complacência social. Nós temos que ser preconceituosos com esse tipo de bandido, não os aceitar entre nós.

Então a nossa campanha, que na realidade conta com vocês como figuras proeminentes, que tem o apoio desta Mesa — fico muito feliz de o presidente do meu partido apoiá-la —, é uma campanha dentro do bojo, dentro de um debate maior contra a corrupção moral, para que no Brasil ninguém mais que queira exercer

cargo público, que não já pode ter ficha suja, possa também se esconder atrás de seus interesses inconfessáveis.

Viva o voto aberto! Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) — Parabéns, Deputado Chico Leite. Este é um cearense que nos empolga a cada momento em que traz sua mensagem.

Quero registrar a presença dos Deputados que já passaram pelo plenário: Deputado Olair Francisco, Deputado Cláudio Abrantes, Deputada Luzia de Paula, Deputado Agaciel Maia. Registro também a presença do Sr. Presidente da Codeplan, nosso economista Júlio Miragaya; do João Batista, Diretor Administrativo da Administração Regional do Park Way; da Kelly Alvares Machado, chefe do Núcleo de Material e Patrimônio da Administração Regional do Jardim Botânico; da Abiail Ferreira, Presidente do Consea-DF; do Hérmanos Moreira, Secretário Executivo do Consea; do Alessandro Guerra, Diretor do Sindicato dos Rodoviários; do Rubens Roriz, Presidente do Sindifisco/DF — Sindicato dos Auditores Fiscais do Distrito Federal; da Fabiana do Vale, médica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, integrante do Conselho de Saúde de Sobradinho; do Miguel Edgar Silva, chefe de assessoria do Guará, da Administração Regional do Guará; do Edivan Batista, chefe de gabinete da Codeplan; do Luiz Vinícius Virgínio, controlador da Codeplan; do Ciríaco Maurício da Silva, aposentado.

Nesta oportunidade, passo a palavra à Exma. Sra. Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo nesta Casa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todas; boa tarde a todos os presentes. Quero cumprimentar o nosso Presidente Deputado Wasny de Roure, cumprimentar o nosso querido Senador Paim; cumprimentar o Deputado Chico Leite, que é proponente desta comissão geral — nós, Wasny e eu, fomos solidários a essa convocação, mas notadamente é uma proposta do Deputado Chico Leite —; nossa jornalista, cuja coluna no *Correio Braziliense* a gente lê todos os dias, Denise Rothenburg; nossa Dra. Gabriela Rollemberg, da OAB; e nosso querido Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado Federal Roberto Policarpo.

Acho que — já foi falado aqui — todos nós estamos de acordo que vivemos um momento muito triste na sociedade brasileira, para não dizer nas de outros cantos do mundo, de uma profunda crise, eu diria até uma crise civilizatória, com fatos que acontecem a cada dia que demonstram que a gente tem construído uma sociedade que em certa medida perdeu completamente os valores, em que se mata por um tênis, em que se rouba para se poder exibir alguma coisa que não se tinha como comprar.

Essa sociedade formada dessa maneira é fruto do momento em que a sociedade capitalista exibe, como nunca antes, uma hegemonia brutal dos interesses da banca internacional. Isso faz que haja um sentimento de que nós não somos

iguais e, se eu quero ser igual, eu preciso, então, buscar algo que eu não tenho da forma como for possível. Faz que a gente tenha esse sentimento de ceticismo que assola também as nossas instituições e os nossos políticos. Existe uma crise de credibilidade na ação política e na ação institucional, e a gente precisa entender profundamente as origens dela.

Exatamente em resposta a este momento é que a gente tem, cada vez mais, de tornar transparentes os nossos atos, tornar transparentes os atos da administração pública, onde quer que ela exista, porque é preciso resgatar a credibilidade nessas instituições, é preciso fazer as pessoas acreditarem que as pessoas que estão governando, as que estão no mandato, as que estão no Ministério Público, as que estão na Justiça são pessoas que estão ali para atender o interesse público, e não para fazerem negociatas para buscar satisfazer interesses particulares.

Nesse sentido, eu acho que o Brasil começa a avançar em alguns aspectos, permitindo uma maior transparência dos atos do Poder Público, quer seja com o fortalecimento da Controladoria Geral da União, que foi um fato fantástico para o Brasil — não é à toa que todas as denúncias que a gente vê, que a gente ouve hoje vêm justamente do Portal da Transparência da CGU, que permite às pessoas recolherem essas informações e criticá-las —, quer seja com a Lei do Acesso à Informação, outra conquista da sociedade no sentido da sua transparência. A manutenção e a preservação da liberdade de imprensa no sentido do direito à informação são fundamentais para que a cidadania possa, cada vez mais, se informar e se posicionar diante de tudo o que está acontecendo.

Eu acho que no Brasil, hoje, existe a exigência de uma reforma política em nosso país; a exigência de que a gente possa acabar definitivamente com o financiamento privado de campanhas, porque como a gente pôde acompanhar nesse processo do Carlos Cachoeira, a gente pôde ver, como nunca antes foi tão explicito no Brasil, de que maneira o crime organizado paga a campanha de um parlamentar ou de quem quer que seja, e depois cobra desses que sejam verdadeiros lobistas dos seus interesses no interior das instituições.

Então, o fim do financiamento privado de campanha é uma necessidade para aprimorar as instituições brasileiras, como também a questão da votação em lista partidária, de preferência com paridade, para que as mulheres possam ter ampliada sua participação na política. O Brasil, por incrível que pareça, é um dos países que tem um dos menores indicadores de participação feminina no parlamento, perdendo até mesmo para países muçulmanos. É impressionante.

Portanto, é preciso fazer essas mudanças. Eu até falaria aqui do meu sonho de que o ideal seria que a gente pudesse ter um congresso constituinte exclusivo, para mudar a nossa forma de fazer política, o nosso desenho político-administrativo. Mas ainda não é o momento de fazer chegar essa condição. O ideal seria que nós elegêssemos pessoas da sociedade para participarem de um Congresso exclusivo que

reescrevesse a nossa Constituição, avançando ainda mais no sentido de a gente ter uma sociedade mais aberta, mais democrática em que o cidadão possa de fato ter acesso a todos os seus direitos, e que as instituições possam ser remodeladas para que o controle social seja extensivo a todos os órgãos públicos deste país.

Eu digo isso porque é nesse contexto que eu acho que se insere essa luta que o Deputado Chico Leite vem desenvolvendo aqui na Câmara Legislativa, e que hoje lança essa campanha nacional — eu já até assinei, ouviu, Chico? Então, eu tive oportunidade aqui nesse segundo mandato, quando já estava instituído o voto secreto, de votar muitas vezes, e o quanto é importante a pessoa que votou na gente saber como a gente se posiciona. Eu acho que o político que não tem coragem de assumir posições não tem o direito de representar a população, porque é preciso assumir posições. É preciso dizer: estou votando assim por causa da minha posição, que é essa, essa e essa.

Penso que este é um direito que têm todos os eleitores: o de acompanhar o posicionamento de seus eleitos para que possa, inclusive, aprimorar o seu processo democrático. "Eu votei mal dessa vez, da próxima vou tentar votar melhor". Então, acho que assim a gente vai, a democracia tem este mérito: é o único regime capaz de se autorreformar, com a participação, com a conscientização crescente da cidadania.

Portanto, quero dizer que me associo completamente a essa campanha nacional porque acho que, cada vez mais, nós temos que ter e temos que exigir dos outros uma coisa muito simples, que é a coerência. Sem coerência, a gente acaba enganando as demais pessoas, como disse o Chico aqui. A gente fala o que se quer ouvir, faz uma coisa durante o dia e de noite faz outra, então a coerência é imprescindível em qualquer pessoa que queira fazer, de forma séria, política e possa de fato ter um mandato parlamentar ou ter um mandato executivo para corresponder aos interesses da cidadania.

Sendo assim, quero me somar a essa campanha, dizer ao Chico que é uma luta extremamente importante, e vai ter muita gente contra porque se esconde do voto secreto para não se posicionar, mas é uma coisa de que, cada vez mais, a sociedade ganha consciência da importância. Como nós faremos com o abaixo-assinado, nós vamos, com certeza, criar as condições para que a PEC 20, do Senador Paulo Paim, possa ser aprovada no Senado Federal, assim como que em todos os parlamentos brasileiros a gente possa conquistar essa condição do voto secreto.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Quero registrar a presença do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, também Líder da bancada do PT nesta Casa. Quero ainda agradecer a presença das lideranças do movimento papiloscopista no

âmbito da Polícia Civil e no âmbito da Polícia Federal, aqui presentes também neste evento.

Quero registrar a necessidade de retirada do Senador Paulo Paim. Lamentamos profundamente, Senador, mas o senhor sempre será bem vindo a esta Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não, não quero ser culpado pela sua ausência naquela Casa. É muito importante o seu voto naquela Casa.

SENADOR PAULO PAIM – Levo o compromisso de também coletar assinaturas para o fim do voto secreto. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Tenho a grande satisfação de conceder a palavra para a representante da OAB, presidida pelo Dr. Ibaneis, à nossa querida Gabriela Rollemberg.

Aproveito aqui para registrar que no próximo dia 22 de abril deste ano, na segunda-feira às 15 horas, teremos a abertura da nossa exposição fotográfica coletiva "Brasília, lugares e olhares", com apresentação do madrigal da Universidade de Brasília. Será às 15 horas no *foyer* do plenário.

Concedo a palavra a Sra. Gabriela Rollemberg.

SRA. GABRIELA ROLLEMBERG – Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Chico Leite, de quem tive a honra de ser aluna no Direito do Ceub; Exma. Sra. Denise Rothenburg; Deputada Arlete Sampaio, a quem tenho a honra de cumprimentar e Deputado Policarpo, para mim é uma grande honra estar aqui hoje, representando a OAB-DF, representando o Dr. Ibaneis.

A OAB é sempre muito sensível e disponível para participar de qualquer que seja a discussão que aconteça nesta Casa, porque o advogado tem como sua finalidade maior o instrumento da democracia. Eu quero dizer também que a OAB está totalmente de portas abertas para realizar qualquer discussão que a Câmara Legislativa quiser. Eu proponho, Deputado Chico Leite, que de repente a gente agende algum evento na própria OAB-DF, um seminário, algo mais acadêmico, que seria da maior relevância para os advogados tomarem maior conhecimento da proposta.

Como advogada e como cientista política, que também sou, farei algumas ponderações com relação a essa questão. O tema me foi passado pelo Dr. Ibaneis há poucos dias. Eu não tive a oportunidade de aprofundá-lo como eu gostaria, mas eu tenho alguns receios em relação à discussão. Na verdade, não para apontar o que já foi apontado pelo Senador Paulo Paim, mas em termos de trazer uma discussão um pouco mais profunda.

Na verdade, o fim do voto secreto é uma coisa muito válida, traria para a gente uma evolução na nossa democracia, que é tão jovem. Mas ao mesmo tempo nós temos que verificar até que ponto e de que forma podemos tentar alterar o que a gente tem hoje, que é a falta de participação do cidadão nas decisões. Seja tomando conhecimento delas, seja sabendo qual é o alcance que elas têm. Eu digo isso porque da mesma forma que compartilho com V.Exas. da impressão de que a Ficha Limpa foi uma grande conquista, ao mesmo tempo verificamos que a Ficha Limpa não trouxe maior poder para o eleitor, trouxe uma diminuição do poder de escolha do eleitor.

É válido, é muito importante, mas ao mesmo tempo em que medida nós estamos incluindo esse eleitor? Em que medida nós estamos dando poder para esse eleitor, no sentido de dar informação para esse eleitor, para que ele se posicione de uma melhor forma? Na verdade, não adianta nada acabarmos com o voto secreto, se o próprio cidadão não se interessa pelo que se passa no Congresso Nacional. Esse é um dos grandes problemas que enfrentamos hoje e que se revela até pela maior abstenção que tivemos na última eleição, que foi quase recorde.

Temos a cada dia um distanciamento desse cidadão, da população, do Poder Legislativo. Talvez até essa campanha poderia estar trabalhando para vermos que mecanismos poderíamos trazer para a população, para que a população tenha um interesse maior de saber o que se passa no Congresso Nacional. Enfim, é realmente desenvolver o interesse nessa prestação de contas que seria o voto aberto.

Tanto em relação à Lei da Ficha Limpa, quanto em relação ao fim do voto secreto, eu acho que o que falta muito é isso. A grande reforma política que este país poderia ter hoje seria uma reforma na educação. Seria que o cidadão tivesse total consciência de que ele tem poder, porque voto é poder, e que esse poder que ele tem traz consequências. Porque a mesma população que aplaude a Lei da Ficha Limpa é a que vota, de repente, em um candidato que tem uma condenação criminal, enfim, de segunda e, às vezes, até de terceira instância e apoia um candidato mesmo sabendo dessa condenação. Há uma disparidade em relação a isso. O maior poder que a gente poderia dar para o cidadão seria termos uma melhor educação, para que ele entenda como funciona o sistema eleitoral brasileiro, porque não adianta nada falarmos em reforma política, por exemplo, sem que o cidadão saiba o que isso significa.

O cidadão, hoje, vota e não sabe como o seu voto é contabilizado. Por que não temos, por exemplo, uma matéria no ensino médio que trate dessa questão? O próprio estudante de Direito se forma hoje sem saber como funciona o sistema eleitoral brasileiro. Um advogado, aquele que justamente estuda as leis. Para mim, o direito maior e mais fundamental é esse de participação política, e exatamente por isso, pelo momento que a gente vive, essa é uma reflexão que o Poder Legislativo tem de fazer. Nós, cidadãos, precisamos perceber que essa conscientização política tem de acontecer desde cedo, na escola. Que as pessoas tenham vontade de

participar politicamente, que elas entendam que a política é do bem e que ser político é uma forma de estar promovendo o bem da sociedade, e não o contrário!

O que temos hoje, na verdade, é justamente uma visão contrária disso. Temos que o político é corrupto e só defende seus próprios interesses. Precisamos trabalhar essa imagem, porque ela não é benéfica para ninguém, principalmente para o cidadão. Quanto mais ele se distancia, mais o parlamentar não vai poder atender às suas demandas.

Essa é a reflexão que eu gostaria de deixar. Não tenho a pretensão de entrar em discussões teóricas sobre o voto secreto, porque ele teve realmente finalidade e a cumpriu no momento em que foi contemplado pela Constituição Federal. A nossa democracia está em constante evolução. É interessante e importante essa discussão e a aprovação desse projeto. Mas é mais importante ainda discutirmos profundamente e buscarmos soluções para esse problema, no sentido de desenvolver o interesse da população. É fundamental que ela tenha interesse em saber o que vem fazendo o parlamentar em que votou e qual a posição que ele tomou em relação a determinada matéria. Isso é fundamental.

Enfim, não quero me alongar em relação a isso, mas até pegando o gancho do que disse a Deputada Arlete Sampaio, é muito importante a discussão sobre a reforma política. É de fundamental importância principalmente a questão do financiamento público. Não concordo muito com a questão de haver uma constituinte específica para isso, pois me dá muito medo a possibilidade de que direitos fundamentais que a gente conquistou em 88 sejam mitigados. Sempre que a gente abre essa possibilidade, é meio complicado, mas acho que é possível fazer uma reforma política pontual e que, alterando alguns pontos específicos, a gente tenha uma verdadeira revolução na democracia do nosso país.

A gente vê isso até pelos novos instrumentos que temos hoje de comunicação, pela própria internet, por pessoas que conseguem se autopromover, pelos movimentos que surgem a partir das redes sociais, enfim. Estamos passando por um momento de profunda mudança. Seria muito interessante entrarmos nessa discussão.

A própria OAB nacional já está se posicionando nessa questão do financiamento público. O Dr. Marcus Vinicius, Presidente da OAB nacional, já elegeu isso como nossa bandeira e temos trabalhado por isso. Convido até a própria Câmara para discutir essa questão também, mas enfrentamos uma grande dificuldade no Congresso Nacional e sabemos que isso mexe com os interesses mais variados. A reforma política é uma coisa que, infelizmente, quando a gente acha que está chegando perto, vai sempre para mais longe.

Outra questão que seria interessante e vem muito ao encontro da pauta de hoje, que é o fim do voto secreto, é a regulamentação do *lobby*. Quando se fala de reforma política, ninguém cita isso, e é uma coisa da maior importância, que tem

tudo a ver também com o que aconteceu, com a CPI do Cachoeira. Hoje sabemos que há inúmeros interesses econômicos e políticos que permeiam as decisões dos Parlamentares. A regulamentação do *lobby* viria para contribuir com o fim da corrupção, justamente para termos ciência e transparência de quem são os grupos que pressionam e de que forma pressionam cada Parlamentar, da mesma forma que nos Estados Unidos.

Bem, acho que não tenho muito que contribuir. Espero ter contribuído com o debate e deixo a OAB de portas abertas para realizar um evento, a fim de tratar dessa questão. Agradeço o convite em nome da OAB.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Dra. Gabriela Rollemberg. Parabéns por ser tão jovem e tão ousada em pensar temas que estão até um tanto quanto envelhecidos, porém de importância no processo do amadurecimento da democracia brasileira, como disseram alguns colegas que a antecederam.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de convidar o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado Federal Roberto Policarpo.

DEPUTADO ROBERTO POLICARPO – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar, neste momento, o nosso Presidente Deputado Wasny de Roure e o nosso companheiro Deputado Chico Leite. Deixo aqui meus parabéns por essa iniciativa da campanha da comissão geral ser uma iniciativa do Deputado Wasny de Roure e da nossa Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio, a quem também parabenizo pelo trabalho que vem fazendo aqui, liderando os nossos Deputados em relação à base do Governo.

Saúdo o nosso companheiro Deputado Chico Vigilante, que está aqui acompanhando esta reunião; a Sra. Gabriela Rollemberg, que teve bastante coragem de expor um pensamento com algumas preocupações diferenciadas do que foi exposto até agora, e a jornalista Denise Rothenburg, do *Correio Braziliense*.

Denise, não sei como você vai expor depois, mas acho que se o *Correio Braziliense* abraçasse essa campanha do voto aberto, como abraçou o fim dos 14º e 15º salários, aqui e acolá vejo matérias sobre isso, mas abraçar como campanha em si seria um bom serviço também. Não tenho dúvida de que o Congresso Nacional, logo, logo, reveria sua posição. Acho que o *Correio Braziliense* está de parabéns. Fica esse apelo também.

Quero saudar alguns companheiros: o Júlio Miragaia, da Codeplan; nosso companheiro Manoel Messias, Presidente do PT do Paranoá; o Veridiano, nosso Secretário da Igualdade Racial; o Estrela, nosso administrador do Park Way; a Celeste, administradora de Vicente Pires; as várias entidades que foram citadas aqui, dos servidores públicos e de outras organizações; alguns companheiros, como o

Olavo e o Miguel, do Guará; o Sebastião e a companheira Dilma, de São Sebastião; o Pedro Rodrigues, de Santa Maria; o André, do Recanto das Emas, e nosso companheiro Orlando. Na verdade, saudando esses, saúdo todos que estão presentes.

Terminei escrevendo algumas questões e vou me deter um pouco nelas. Não vou fazer como Paim fez, mas vou terminar lendo, Deputado Chico Leite. Hoje, o Deputado Chico Leite lança a campanha nacional pelo fim do voto secreto. Entendo essa campanha como a ampliação de um trabalho que o nosso companheiro iniciou e conquistou na Câmara Legislativa, com a aprovação de projeto de sua autoria, garantindo a transparência de todas as votações desde 2006.

Parabenizo-o primeiro por essa grande conquista, com a nossa bancada aqui na Câmara Legislativa. Sua luta soma-se a de diversos companheiros petistas que, em todo o país, empunharam essa bandeira. Aqui cito José Eduardo Cardozo, em 2001, na Assembleia Legislativa de São Paulo, e o nosso Senador Paulo Paim, que estava aqui até há pouco tempo.

Quero que o Deputado Chico Leite saiba que sua luta tem militantes nossos espalhados em todo o país. São vereadores, deputados estaduais, professores, formadores de opinião, em nome dos quais venho aqui dizer que essa luta terá força e capilaridade. Defendo o voto aberto exatamente – queria falar para a Gabriela – pelas razões que ela levantou como algumas preocupações. Eu acho que, com o voto aberto, os eleitores passarão a acompanhar mais o mandato parlamentar, e dessa forma nós ampliaremos o empoderamento do povo, do qual temos apenas a delegação.

Eu acho que este é exatamente o sentido das preocupações que a Gabriela levantou: de que, às vezes, você toma uma medida, mas não aproxima a população daquela medida. O voto aberto, diferentemente da questão da ficha limpa, traz a população para próximo do seu mandatário. Eu acho importante reafirmar essa discussão. Trata-se de escapar do moralismo udenista tardio para afirmar a dignidade da política. Esta deve ser considerada como essencial para o bem-estar da população, para uma convivência civilizada e solidária entre os cidadãos para o fortalecimento contínuo da democracia.

A valorização da política deve se inscrever, cada vez mais, como uma cultura, como um valor na sociedade brasileira, e será tanto maior quanto mais a política consiga combater as desigualdades de toda natureza, ainda tão presentes entre nós. Cada cidadão e cada cidadã precisa saber se realmente aquele mandato que nos conferiu para defender seus interesses está sendo cumprido ou não. Essa ligação próxima, efetiva e duradoura aprimorará a democracia, melhorará a imagem da classe política excessivamente desgastada, como citou aqui a Deputada Arlete Sampaio, renovará nossos quadros, tornará o eleitor presente, que é o ponto que mais me entusiasma nessa proposta.

Os Parlamentares que teimam em afastar o eleitor, companheiro Chico Leite, são aqueles que expressam o temor elitista de que os resultados dos pleitos democráticos contrariem os privilégios vigentes. Trazer o eleitor para dentro do seu mandato é um desejo de todo Parlamentar petista, que acredita – como o filósofo grego Aristóteles – que, para participar da política, não é necessário um conhecimento técnico, contando muito mais a experiência prática, a experiência que tem o cidadão que não tem onde morar e que, portanto, entende do direito à moradia, inscrito na Constituição Federal; o cidadão que não conseguiu estudar e que, portanto, sabe o valor da educação pública de qualidade.

Por isso a participação de todos os cidadãos torna-se importante, visto que traz à cena pública razões e demandas, sendo todas elas, *a priori*, capazes de avaliar se as políticas aplicadas são boas ou não. Do mesmo modo, como quem sabe realmente se um sapato calça bem é o próprio usuário, e não o sapateiro.

Quero dizer, Deputado Chico Leite, que seu partido está aqui hoje te apoiando porque a democracia sempre foi a nossa aliada para combater a desigualdade econômica, social e política deste país, e essa campanha nacional que você está lançando hoje assusta não aos petistas, assusta aqueles políticos que não querem ser avaliados pela forma como votam nos quatro anos. Temem o aumento da competição política e a incorporação de setores até então excluídos da política. Temem o crescimento da participação da população brasileira no processo eleitoral, coisa que já está acontecendo. Tanto na dimensão dos que podem votar, quanto dos que podem ocupar um cargo eletivo, a democracia está deixando de ser de gravata lavada para se tornar, felizmente, cada vez mais popular. E é isso que temem os elitistas.

O voto aberto faz parte de uma nova cultura e uma nova ética em desenvolvimento neste país, protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu uma nova política: aquela que se preocupa sempre com a construção permanente de uma sociedade do bem-estar para todos. Nossa esperança, Deputado Chico Leite, é que essa nova política vá se inscrevendo como um valor essencial à vida brasileira, que se transforme em cultura de nossa gente e de nossas instituições.

Quero parabenizar o Deputado Chico Leite pela iniciativa, parabenizar todos os Deputados aqui presentes dizendo que Brasília dá esse exemplo aqui pela Câmara Legislativa.

Por último, quero fazer uma sugestão ao Deputado Chico Leite. A Deputada Arlete Sampaio falou da reforma política, que é essencial para conseguirmos democratizar o acesso da população e ter essa representação em todos os setores na sociedade. A própria Deputada Arlete Sampaio falou aqui do percentual de mulheres, do percentual de negros e de todos os setores que não têm essa representação. Isso é fundamental.

O que a Deputada Arlete Sampaio e o que nós estamos defendendo neste momento não é uma Constituinte exclusiva para revisar a Constituição, pois eu tenho o mesmo medo que você tem – eu que estou no Congresso Nacional sei o quanto é desigual a nossa luta lá para avançar em direitos. Hoje a linha é sempre a de retirada de direitos. Você tem toda a razão. Porém, o que nós estamos defendendo e o que a Deputada Arlete Sampaio defendeu é que a gente faça uma Constituinte exclusiva para fazer apenas a reforma política – "apenas", para dizer que está limitada à reforma política, e não para fazer uma revisão constitucional como um todo. Aí você se limitaria a fazer essa discussão de forma exclusiva, com pessoas eleitas só para esta finalidade, porque do jeito que está hoje não vai haver reforma política nem neste ano, nem no próximo, nem em 2015, nem em 2016, nem em 2017, nem em ano algum por essas razões.

Então, é fundamental que a gente tenha consciência de que é preciso que este país faça uma reforma política para acabar com o financiamento privado de campanha e, acima de tudo, democratizar para que todas as pessoas possam concorrer em pé de igualdade.

Parabéns ao Deputado Chico Leite, parabéns a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Policarpo.

Quero, nesta oportunidade, convidar a se pronunciar a Sra. Denise Rothenburg, jornalista do *Correio Braziliense* que sempre está puxando a nossa orelha. Isso é muito positivo, principalmente quando nós temos oportunidade também de dialogar com ela, pois aí o aprendizado é coletivo, e a gente pode aprender ainda mais.

Eu fico extremamente feliz de receber a Denise aqui na nossa Casa. Quero, portanto, agradecer a Denise pela sua presença aqui, sobretudo pela lúcida iniciativa do Deputado Chico Leite. Sem dúvida, você é uma filha desta cidade com enorme compromisso com Brasília. Nós ficamos extremamente felizes com a sua presença.

Concedo a palavra à Sra. Denise Rothenburg.

SRA. DENISE ROTHENBURG – Exmo. Sr. Presidente Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Chico Leite, mentor desta comissão geral aqui hoje; Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo; Dra. Gabriela; Deputado Roberto Policarpo; senhoras e senhores, é uma honra estar aqui hoje.

Realmente, é um assunto de grande importância. Eu não posso aqui, em nome do *Correio Braziliense,* abraçar essa campanha, mas, Deputado Policarpo, do que depender do espaço que eu assino no jornal, V.Exa. pode contar com a minha colaboração, porque eu acho essa campanha fundamental.

Nós jornalistas sempre fomos contra o voto secreto. Aliás, há duas coisas que deixam sempre a gente de orelha em pé: voto secreto e denúncia anônima, que

é outra coisa também que a gente olha e diz: de onde vem isso? Porque em todos os partidos nós temos gente séria e gente também que você olha assim e fala: hum, não sei não... Então, a gente tem que sempre separar o joio do trigo, e numa votação secreta isso é impossível.

Eu comecei a cobrir o Congresso em 1989. Como diz o Senador Paim, que na época era Deputado, nós estamos lá há bastante tempo. Desde que eu fui para o jornal *O Globo*, eu frequento aquela Casa e acompanho o dia a dia do Congresso Nacional. Então, eu já vi lá de tudo um pouco.

Em relação ao voto secreto, alguns senadores já me disseram: "Ah, eu sou amigo do Senador tal que foi cassado. Se o voto fosse aberto, eu não teria como votar contra ele". A gente fala assim: Excelência, sinto muito, o senhor quis ser Senador, o problema é seu. Não dá. Se a pessoa é um homem público, ele tem que assumir suas posições. Se ele quer defender o amigo, ele tem condição de fazer isso no voto aberto. É uma posição dele. Vá para o plenário, justifique-se, coloque sua posição abertamente. Na democracia, até isso tem que ser respeitado.

Em relação às autoridades, o que a gente vê lá – já vimos muito até recentemente – é os Parlamentares aproveitarem o voto secreto para dar aquele recado para o governo. Porque aí chegam lá e falam: "O fulano quer o cargo, o partido b quer um cargo, não sei o quê. Vai lá e vota contra no voto secreto, que não dá para saber quem foi." Fizeram isso agora com a Presidente Dilma Rousseff quando rejeitaram a indicação de Bernardo Figueiredo para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Ela ficou uma fúria, mas não podia fazer nada porque já estava rejeitado e também não podia denunciar a ou b. A iniciativa dela.

A iniciativa dela foi tirar Romero Jucá da Liderança do Governo depois da derrota da indicação do técnico Bernardo Figueiredo para a ANTT. Ou seja, é aquela coisa: se fosse aberto, se o voto fosse aberto, cada senador que quisesse votar contra uma indicação de uma autoridade para um posto de governo chega lá e faz a sua defesa. Depois, chega para o governo e diz: infelizmente, eu não acredito que esse técnico seja o mais indicado para uma determinada função. E ponto.

Agora, usar a forma covarde de se esconder em um voto secreto para tomar uma atitude... Não rejeitaram porque não acreditavam na competência dele. Enfim, vamos mandar um recado para ela: se ela não fizer o que a gente quer, depois não vamos votar em coisas mais importante para o governo.

Nos bastidores, eles diziam isso para a gente: olha, vamos votar contra o Bernardo porque é um assunto que fica secreto, não dá para saber quem foi; aí a gente manda um recado ali para o governo. Tanto isso é verdade, que eu até escrevi na minha coluna quando saiu: aproveitaram essa votação para mandar um recado à Presidente Dilma dizendo que estavam insatisfeitos com os cargos que tinham recebido do governo até então.

Agora, qual foi o partido da Base? Ninguém sabe. Nesse caso, ela tem que atender a todo mundo para não ficar: não atendeu a, que de repente ajudou, ou b, porque assim todos poderiam chegar lá e dizer para ela: olha, eu tentei lhe ajudar, mas veja bem... Sempre tem essa desculpa.

Eu não queria me ater apenas ao voto secreto. A Dra. Gabriela tocou em temas aqui que são importantíssimos. Um dos temas desta comissão geral diz respeito à democracia participativa. Realmente, é preciso fazer com que as pessoas, com que a população se sinta mais próxima do Congresso Nacional e das casas legislativas de um modo geral. O que a gente vê hoje é que – pelo menos no Congresso Nacional – é difícil o povo conseguir entender o que se passa naquela casa.

Agora mesmo, ontem, foi uma dificuldade para tentar aprovar a aposentadoria especial para os deficientes, para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Por quê? Porque havia um grupo naquela casa disposto a votar o cerceamento do tempo de TV e fundo partidário para novos partidos. Tudo bem. Esse é um assunto de interesse restrito dos Parlamentares. Foi uma luta para os Deputados conseguirem aprovar a aposentadoria especial – o Deputado Policarpo estava lá. Não, pelo menos a aposentadoria tem que ser votada hoje. Ou seja, às vezes, eles deixam de tratar dos temas que o cidadão comum deseja ver aprovado para cuidar do seu próprio quintal. Isso também é complicado.

Quanto à reforma política, um assunto que eu acho importantíssimo, sobre o qual a Dra. Gabriela falou e o Deputado Policarpo também, pelo que eu já vi desde 1989, só mesmo em uma constituinte exclusiva, porque não tem jeito de aquilo sair. Eu já vi relator do partido a, do partido b, da maioria, da minoria, do céu, do inferno, e não adianta. Não sai, porque ali não existe um consenso para se fazer uma reforma política. Ou se põe um relator capaz de construir um consenso, que até agora nenhum partido conseguiu apresentar, ou então não teremos a reforma política.

Há um ponto que talvez deixe o eleitor sempre na dúvida: ele vota no deputado a, do partido a, que é uma pessoa que ele considera séria, e acaba elegendo o deputado y do partido c, que todo mundo olha e diz: eu votei no fulano, mas vem esse picareta? Quer dizer: a coligação proporcional é muito perversa, porque mistura ali, fica tudo em um bolo só. Às vezes, até para a gente entender quantas vagas o partido tem no Congresso Nacional é difícil. A gente fica lá fazendo contas: quem vai entrar, quem não vai entrar, porque os jornais sempre querem dar com antecedência a lista de eleitos. Às vezes, ficamos ali sem conseguir fechar uma conta: não, mas espera aí, tem o partido tal, tem um ali que pode entrar.

É complicado esse negócio de coligação para a eleição proporcional. Seria muito bom se a gente pudesse separar sempre o joio do trigo. Isso se faz com o voto aberto e com o partido indo lá de cara e peito aberto disputar os votos dele,

com os seus projetos e suas posições, de forma aberta, democrática e transparente. (Palmas.) Eu realmente sou contra a coligação para a eleição proporcional.

A outra coisa fundamental que a doutora lembrou é a regulamentação do *lobby*. Eu me lembro que o Senador Marco Maciel, no tempo que ainda era do PFL, antes de ser vice-presidente da República, já defendia essa regulamentação. Ele elaborou um projeto e, durante muito tempo, ele defendeu a regulamentação do *lobby* no Congresso, mas realmente parece que é um negócio que não sai do papel. Também não se sabe por quê. A gente fica se perguntando: por que uma coisa tão importante não sai do papel? Parece que tem alguém que não quer que o *lobby* seja regulamentado, que prefere continuar no escamoteado, debaixo do pano.

A pessoa está lá e tem o direito de defender os interesses dela. Agora, tem um grupo que apoia o Feliciano e outro que é contra. As pessoas têm o direito de ter as suas posições. Isso é democrático. Vamos fazer a democracia de uma forma aberta. A pessoa tem que ir lá e defender o que pensa, o que acha. E se ela defender, por exemplo, essa coisa agora, dos portos? A MP dos Portos está provocando um grande debate no Congresso e está um negócio meio nebuloso. Ninguém sabe direito quem deseja o quê naquela medida provisória, mas as pessoas têm que ter a liberdade de chegar lá de crachá no peito: estou aqui defendendo os interesses da empresa y, do armador x. Isso é democrático. Isso pode ser feito de forma aberta. Depois, quando chegar a época de financiamento de campanha, se não for aprovado o financiamento público, porque só se tiver o financiamento público que isso não irá ocorrer, a gente vai ver quem o armador a, b ou c financiou na campanha. De preferência, que não seja caixa dois. Meu Deus do céu, que isso acabe. Eu rezo pelo fim do caixa dois todos os dias, mas às vezes não sai.

É isso. Eu acho que os três pontos que eu queria abordar eram esses. O senhor pode contar comigo nessa campanha pelo voto aberto, porque nós só teremos uma democracia forte quando as pessoas se sentirem mais participantes da política, e elas só vão conseguir se sentir participantes da política se puderem identificar como o voto delas foi feito. Se ela votou no partido a, elegeu o partido a, se o cara do *lobby* está lá, ela sabe quem ele é, o que ele está fazendo. E se ela souber como o Parlamentar no qual ela votou se comportou em todas as votações, independentemente de autoridade, de cassação de mandato, seja lá o que for.

Eu sou uma defensora da transparência total e irrestrita. E nós, jornalistas, tudo o que a gente escreve, a gente assina embaixo. Então, seria muito melhor se os parlamentares também pudessem agir da mesma forma.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Denise, obrigado.

Eu quero aproveitar e registrar o apreço que você conquistou nesta cidade ao longo dos anos que tem trabalhado na vida política do nosso país. Esse apreço, sem dúvida, é em decorrência da sua capacidade de captação dos momentos da vida

política brasileira. Eu acho que é tempo de você transformar tudo isso em um livro. Você já está com uma bagagem para fazer isso numa sistematização bastante oportuna, porque a vida política brasileira é uma epopeia a cada momento, a cada instante. Quem passou por lá percebe como alguns jornalistas já têm isso de uma maneira mais sistêmica, mais clara. Então, fica a sugestão pela sua capacidade de síntese, há pouco percebida nas suas palavras.

Neste momento, ao concluir o trabalho desta tarde, quero cumprimentar o Deputado Chico Leite, seguindo rigorosamente a sua orientação, o que é uma oportunidade e um privilégio para nós. Agradeço a cada um de vocês que cedeu o seu tempo para estar aqui e partilhar conosco esse tema tão palpitante.

Agradeço enormemente ao Policarpo, o nosso Deputado Federal e Presidente do PT. Agradeço à Denise, colunista do *Correio Braziliense*. Agradeço à Dra. Gabriela, que relembra muito o seu pai, homem de luta, que tanto apreço tem cativado na nossa cidade, bem como a sua tia, minha colega de universidade. A minha querida colega Arlete Sampaio, pela sua experiência e lucidez; ao Deputado Chico Leite, pelas suas corajosas posições adotadas nesta Casa.

Em nome da Casa como um todo, queremos tornar este debate um instrumento pedagógico de mobilização, como disse aqui a Gabriela para nós, e dar a ele a capilaridade necessária. O importante é passar primeiro por um processo pedagógico de envolvimento convincente junto à nossa sociedade. É fundamental trabalhar pelo resgate da credibilidade do Legislativo e, portanto, estar associado a este projeto, que é um clamor da população brasileira, é um clamor daqueles que sentem que o amadurecimento da democracia brasileira é esse passo, essa referência que tem esse processo de afirmação do nosso país no cenário internacional. Não é apenas por uma questão de tamanho — um país continente —, índices de crescimento, inclusive de melhoria da qualidade de vida da população, mas, sobretudo, para consolidar a sua imagem e o seu papel na sociedade nacional e na sociedade internacional.

Recentemente, dois pontos me cativaram profundamente — isso é para o nosso país resgatar a sua história e afirmar o seu posicionamento. Conversando com uma militante, Deputada Arlete Sampaio, das causas feministas, ela observava para mim: "Não foi D. Pedro I, Deputado Wasny de Roure, que assinou a declaração de independência do Brasil num momento crucial. Foi uma mulher, uma estrangeira que se tornou imperatriz do Brasil e brasileira, que foi a Imperatriz Leopoldina. E foi no dia 2 de setembro, somente sendo declarada pelo seu esposo no dia 7 de setembro".

Outra coisa foi uma abordagem que minha esposa fazia para mim ontem, Denise, da quantidade de haitianos que têm entrado no Brasil pelo estado do Acre; hoje por volta de 10 mil haitianos. Este Brasil foi hospedeiro de muitas outras migrações. Eu quero, portanto, registrar que mais 10 mil haitianos serão bem-vindos

neste país continente, nesta nação, que tem espaço para homens e mulheres sofridos, fugidos, que buscam um alento na sua história pessoal de vida.

Quero aproveitar, ao encerrar esta sessão, para registrar a presença do nosso Administrador do Cruzeiro, o Sr. Antônio Sabino, entre nós.

Boa tarde a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)